

A Revolução Bolivariana e a questão democrática na Venezuela

Eduardo Scheidt¹

Resumo: Neste artigo, analisamos as transformações da democracia impulsionadas pela Revolução Bolivariana. Nos primeiros anos do governo chavista, o processo procurou criar e impulsionar mecanismos de democracia participativa, complementando a democracia representativa. Num segundo momento, o projeto se radicalizou com o discurso do “socialismo do século XXI” e do Estado comunal, fundamentado exclusivamente na democracia direta e participativa, estimulando-se a construção dos Conselhos Comunais e das comunas. A partir de 2013, com a morte de Chávez e o início do governo de Maduro, iniciou-se um período de gravíssima crise econômica, aumento das pressões internas e externas, acirramento dos conflitos políticos e sociais, inviabilizando do pleno funcionamento das instituições democráticas. A democracia venezuelana, assim, entrou num período de crise.

Palavras chaves: Venezuela, democracia, Revolução Bolivariana, chavismo.

The *Bolivariana* Revolution and the democratic question in Venezuela

Abstract: In this article, we have analyzed the transformations of democracy driven by the *Bolivariana* Revolution. In the early years of Chavist government, the process has sought to create and drive mechanisms for participatory democracy, complementing representative democracy. In a second moment, the project has become radicalized with the discourse of “21st century socialism” and the communal state, based exclusively on direct and participatory democracy, stimulating the construction of “communal councils” and “communes”. From 2013, with the death of Chavez and the beginning of Maduro's government, it has begun a period of very serious economic crisis, increased internal and external pressures, intensified political and social conflicts, making the full functioning of democratic institutions impossible. Venezuelan democracy has entered a period of crisis.

Keywords: Venezuela, democracy, *Bolivariana* Revolution, *chavismo*.

Artigo recebido em 15/10/2019 e aprovado em 27/11/2019.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

Um dos eixos centrais da “Revolução Bolivariana”, defendida durante a campanha presidencial de Hugo Chávez em 1998, era a questão democrática. Prometia-se revolucionar a democracia. Durante a gestão de Chávez a partir de 1999, promoveram-se amplas transformações, incluindo-se a introdução de mecanismos de democracia participativa, ampliando-se a participação popular, ainda que, um tanto contraditório, concomitante com um fortalecimento do poder executivo nacional. Atualmente, em meio à gravíssima crise que o país enfrenta com o governo de Nicolás Maduro, os opositores internos e diversos governos externos afirmam que há uma “ditadura” na Venezuela. Afinal, existe ou não democracia no país nos dias de hoje?

Falar de democracia é tratar de uma questão complexa. Segundo Norberto Bobbio^{II}, há inúmeros conceitos de democracia, desde seu sentido original de “governo do povo” na Grécia Antiga. Atualmente, é predominante uma concepção liberal de democracia, em que se busca conciliar a soberania popular com a eleição de representantes. Não é o povo diretamente que exerce o poder, e sim seus representantes eleitos. Para Ellen Wood^{III}, enquanto na antiguidade havia um real poder soberano de quem detinha direitos de cidadania, a democracia liberal moderna esvaziou os cidadãos desse direito, enquanto a soberania se exerce de fato somente nos parlamentos e governos executivos. Para a autora, pois, no modelo de democracia representativa, a maior parte da população abre mão de seu poder soberano. Além disso, Wood sustenta que “Na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas”^{IV}. Segundo Boaventura dos Santos^V, diversos movimentos sociais e algumas iniciativas governamentais nas últimas décadas do século XX veem discutindo e impulsionando mecanismos de uma participação mais direta e cotidiana dos cidadãos na política, buscando-se construir uma democracia participativa que amplie e complemente a democracia representativa.

A utilização do conceito “revolução” é igualmente complexa. Nas análises realizadas nos circuitos acadêmicos é predominante o uso do conceito de revolução para caracterizar processos históricos em que ocorrem notórias transformações nos sistemas políticos acompanhadas de mudanças nas ordens econômicas e sociais. É recorrente considerar que as revoluções iniciam com o uso da violência, derrubando-se, através das armas, regimes anteriores. Não há, entretanto, consensos em torno desta questão. Na historiografia política latino-americana, por exemplo, os estudos recentes sobre os processos de independências, estão utilizando com frequência o termo revolução para designar a ruptura da ordem colonial e início da construção dos Estados nacionais, ainda que esses processos não vieram acompanhados de mudanças econômicas e sociais significativas. Sobre acontecimentos mais contemporâneos, como a eleição de Salvador Allende no Chile em 1970 e a própria eleição de Chávez mais recentemente, foi levantada a hipótese de movimentos revolucionários sem insurreições armadas, conquistando o poder pelas vias democráticas. Desta forma, o chavismo na Venezuela pode ser considerado um processo revolucionário na medida em que proporcionou importantes transformações na composição do poder do Estado, no funcionamento das instituições democráticas, na realização de amplos programas sociais que alteraram os índices de pobreza e distribuição de renda, bem como nas medidas de soberania nacional e impulsos à integração latino-americana. Neste artigo, focaremos nas transformações da democracia ao longo do processo da Revolução Bolivariana.

A democracia na Venezuela no período anterior à Revolução Bolivariana

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

Assim como na maior parte da América Latina, na virada do século XIX para o XX, havia na Venezuela um regime de dominação oligárquica. O poder político caracterizava-se por uma forte centralização, de viés autoritário, alternando-se períodos de democracia de fachada com épocas de ditaduras. Entre as décadas de 1920 a 1940, surgiram no país uma série de movimentos sociais de luta contra o regime oligárquico. Vieram à luz também várias organizações sociais e políticas, que foram embriões dos futuros principais partidos: a AD (Aliança Democrática), de caráter socialdemocrata e o Copei (Comitê de Organização Política e Eleitoral Independente), democrata cristão, além da fundação do Partido Comunista em 1931.

Após a 2ª Guerra Mundial, houve um breve período democrático com as eleições de uma Assembleia Constituinte e do presidente Rômulo Gallegos pela AD. Entretanto, irrompeu um golpe militar em 1948, com a instalação da ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1948-1958). As reações contra a ditadura foram fortes, levando à queda do ditador em janeiro de 1958, durante uma série de greves e manifestações de rua marcando o ápice de um crescente movimento contra a ditadura. Em outubro do mesmo ano, os três principais partidos políticos: AD, COPEI e URD (União Republicana Democrática) reuniram-se na localidade de Punto Fijo, para estabelecer as bases de um modelo de Estado regido por uma democracia representativa formal, que ficou conhecido como Pacto de Punto Fijo. A constituição de 1961 ratificou esse regime de democracia representativa. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a democracia venezuelana destoava-se da realidade da grande maioria dos países latino-americanos, acossados por golpes e ditaduras militares.

Para muitos, a Venezuela seria uma exceção, um exemplo de democracia sólida num subcontinente marcado por golpes e ditaduras. Entretanto, hoje se questiona as reais dimensões da democracia oriunda do Pacto de Punto Fijo. Para o historiador Gilberto Maringoni:

O Pacto [de Punto Fijo] representou um jeito de acomodar na partilha de poder as diversas facções da classe dominante, incluindo o capital financeiro, as empresas do petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos^{VI}.

A democracia venezuelana do período era mais formal do que real, pois deu início a um período em que os dois principais partidos (AD e COPEI) se alteravam no poder aplicando medidas em prol do interesse das elites do país e do capital estrangeiro. O voto para as eleições parlamentares era em listas fechadas, possibilitando o controle do processo político pelas cúpulas partidárias.

Até o final dos anos 70, a situação da Venezuela contrastava não apenas pelo funcionamento de uma democracia aparentemente sólida, mas também pela situação econômica favorável, especialmente pela alta do preço do petróleo, principal produto de exportação do país, que possibilitou que as tensões sociais não fossem tão acentuadas como em outros países do subcontinente. A Venezuela tornou-se um país de economia rentista, altamente dependente da exportação de petróleo, que proporcionou o desincentivo de outros setores da economia, como a produção industrial e de alimentos, importando a maior parte dos gêneros destes setores produtivos. Em 1976, o setor do petróleo foi estatizado, criando-se a PDVSA, a partir da nacionalização de empresas estrangeiras do petróleo.

Nos anos 80 e 90, a situação mudou drasticamente, quando a Venezuela mergulhou em crises econômicas profundas, demarcadas por recessões, crescimento da dívida externa, desemprego, corrupção e vertiginoso aumento da pobreza. No centro

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

dessa crise estava a forte queda do preço do petróleo no mercado mundial. A crise levou a uma sistemática descrença da população nos partidos tradicionais e na própria democracia liberal, sendo a rebelião popular de Caracas em 1989^{VII} um indício deste descontentamento e iminente colapso do regime de Punto Fijo. Essa rebelião, conhecida como *Caracazo*, é hoje por muitos apontada como início do processo da Revolução Bolivariana.

Como tentativas de sair da crise, a Venezuela se esforçava por aplicar as medidas neoliberais em sintonia ao “Consenso de Washington”. A nova orientação atingiu inclusive a PDVSA, que embora se mantivesse estatal, passou a ser autônoma, estabelecendo uma série de “parcerias” com empresas privadas estrangeiras do ramo do petróleo. O Estado venezuelano tornava-se sistematicamente mais fraco, submetendo-se ao controle de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais.

Em meio às crises do período, surgiram no seio de diversos movimentos sociais questionamentos dos limites da democracia representativa e propostas de reformas e transformações do sistema com a construção de mecanismos de democracia participativa. Conforme Mariana Bruce Baptista^{VIII}, movimentos “assembleístas” surgiram nas regiões de moradias populares (conhecidas como *barrios*) após o *Caracazo*, enquanto em cidades e estados governados pela LCR^{IX}, criam-se orçamentos participativos.

Foi no contexto da profunda crise do regime de Punto Fijo, que Hugo Chávez tentou chegar ao poder através de um malogrado golpe de Estado em fevereiro de 1992. Apesar da tentativa golpista, o discurso nacionalista, contra a corrupção e a política dos EUA, seduziu setores significativos da sociedade venezuelana. Preso e posteriormente anistiado, Chávez abandonou os intuítos golpistas e optou pelo caminho democrático, fundando um partido político denominado *Movimiento pela Vª República* (MVR) e se lançando candidato à presidência para as eleições de 1998.

O seu Programa de governo para o pleito eleitoral, publicado em abril de 1998, era intitulado “*Una revolución democrática*”^X. O programa mencionava enfaticamente a necessidade de um processo de transição, “democrático” e “revolucionário”, propondo-se a convocação de uma assembleia constituinte para fundar uma “nova república”. Essa transição, que Chávez afirmava ser um processo revolucionário, objetivava superar o regime instaurado pelo Pacto de Punto Fijo e estabelecer um amplo conjunto de reformas que significaria a construção de uma nova república, fundamentada na “democracia participativa”.

Chávez obteve uma ampla vitória nas eleições de 6 de dezembro 1998, nas quais conquistou 56,2% dos votos, reunindo o apoio da quase totalidade das camadas populares de baixa renda, setores das classes médias, além de muitos intelectuais e maior parte de políticos de esquerda. “El comandante” assumiu a presidência do país em 2 de fevereiro de 1999. Iniciava a partir daí a conquista do poder pela Revolução Bolivariana, caracterizada por profundas transformações, inclusive na questão democrática.

A Revolução Bolivariana e a democracia participativa e protagônica

Na posse de seu primeiro mandato presidencial, em 02 de fevereiro de 1999, Chávez proferiu um discurso que foi uma síntese de propostas políticas. Ao longo do discurso, Chávez pregou a necessidade de promover profundas transformações políticas, econômicas e sociais, para as quais se necessitaria um processo “revolucionário”:

Eso no tiene otro nombre que una REVOLUCIÓN. Terminando el siglo XX y comenzando el siglo XXI venezolano aquí se desató una verdadera

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

revolución, señores y yo tengo la certeza de que nosotros le vamos a dar cauce pacífico, que nosotros le vamos a dar cauce democrático a esa revolución que anda desatada por todas partes^{XI}.

O discurso ratifica o plano de governo, que partia do entendimento de que o regime vigente estava esgotado devido à profunda crise econômica, social e política das últimas décadas. Para Chávez, esta situação foi fruto do domínio das oligarquias e do imperialismo, possibilitados pelo regime de democracia formal que excluía a grande maioria da população de uma participação mais direta no processo político.

Para colocar essa “revolução democrática” em prática, uma das primeiras medidas do novo governo foi convocar um plebiscito para autorizar a eleição de uma assembleia constituinte, seguido pela eleição da mesma. A constituição aprovada e promulgada em 1999 é indiscutivelmente uma das mais democráticas do mundo. O texto constitucional buscou institucionalizar mecanismos da democracia participativa, mantendo instituições da democracia representativa. Uma das novidades do texto constitucional, inédita nas democracias constitucionais contemporâneas, é a revogabilidade de mandatos nos cargos eletivos, ou seja, a possibilidade de a população cassar o mandato dos eleitos por via de um referendo revogatório a partir da metade do mandato. Especificamente sobre a democracia participativa, o artigo 70 anuncia inúmeras instâncias, como assembleias de cidadãos, os chamados *cabildos abiertos* e diversas iniciativas legislativas por parte dos cidadãos. Conforme a historiadora venezuelana Margarita López Maya, a nova constituição consagrou o direito de participação dos cidadãos de forma direta e indireta, não somente nos processos eleitorais, mas também na formação, execução e controle das políticas públicas^{XII}.

No ano seguinte à promulgação do novo texto constitucional, foram convocadas novas eleições para todos os cargos eletivos. Chávez novamente se candidatou e venceu com larga margem, estabelecendo seu primeiro mandato de seis anos sob a nova constituição. Após sua posse para o novo mandato, Chávez lançou um programa de governo intitulado *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. O programa de governo abre com uma seção intitulada “Um modelo para a Venezuela”, em que se apresenta a proposta de consolidar a constituição de 1999, especialmente criando vários mecanismos de controle democrático dos instrumentos de poder. Sobre esta questão, o programa de governo aponta que:

Para lograr la democracia bolivariana es necesario la participación corresponsable de la ciudadanía. El principio de participación, que atraviesa toda nuestra carta magna, significa, además de **ampliar y complementar la democracia representativa** [grifos nossos], lograr que exista, entre elección y elección de representantes, un mayor control de parte de la sociedad sobre los asuntos que los afectan directamente y lograr al Estado de mecanismos de ajuste y retroalimentación constantes, (...) ^{XIII}.

Chamamos a atenção para o fato que, naquele momento, a democracia representativa não era incompatível com a democracia participativa no projeto chavista de Estado. Ao contrário, propunha-se instituir mecanismos de controle popular do processo político para ampliar e complementar a democracia representativa. A Revolução Bolivariana, pois, buscava mecanismos que iniciassem a recuperação da soberania popular diretamente pelos cidadãos, não mais relegando esse papel exclusivamente a seus representantes.

Após estas importantes transformações políticas, vieram as primeiras mudanças econômicas em 2001, como uma série de leis de caráter intervencionista do Estado na economia, através da Lei Habilitante (espécie de decreto presidencial)^{XIV}. A Revolução

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

Bolivariana instituiu o fortalecimento do Estado, rompendo-se que as diretrizes neoliberais que tinham sido implantadas na América Latina na década anterior. A promulgação das leis habilitantes suscitou imediata oposição das elites econômicas e de boa parte das classes médias, que passavam a identificar Chávez com “aproximações com o comunismo”. Na política externa, os projetos chavistas de buscar uma integração latino-americana em confrontação com os EUA, incluindo-se uma aproximação com Cuba, contribuía para acirrar os descontentamentos entre as elites, classes médias e o governo dos EUA.

A oposição começava a organizar as primeiras grandes manifestações de repúdio ao governo que eram respondidas com mobilizações de igual envergadura a favor de Chávez. Em abril de 2002, a situação ficou mais tensa, quando a oposição desencadeou um golpe de Estado, dias após Chávez demitir quase toda diretoria da PDVSA no intuito de obter o controle pleno da importante estatal. O golpe foi desencadeado no dia 11, mas entre os dias 12 e 13, as massas populares saíram às ruas e tomaram os arredores do palácio presidencial, exigindo o retorno do presidente deposto. Setores das FFAA também se contrapuseram aos rumos que o golpe tomava e passaram a defender o retorno do presidente constitucional. Desta forma, Chávez foi solto e retomou a presidência, derrotando o golpe que durou menos de 48 horas.

O fracasso do golpe não arrefeceu os opositores que continuavam a organizar marchas de protesto e promoveram uma paralisação da produção e exportação de petróleo, conhecida como *paro petrolero*. O movimento foi acompanhado por um locaute empresarial, que paralisou muitas indústrias e comércio. A paralisação durou 63 dias entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, numa nova investida dos opositores para derrubar o governo com a paralisação do país. Chávez, sempre apoiado pelas classes populares e pela maior parte da esquerda, não negociou com os opositores, levando o movimento de paralisação ao esgotamento e inevitável retomada das atividades. No que tange ao setor do petróleo, Chávez aproveitou o locaute para intervir na PDVSA, promovendo o total controle da empresa pelo Estado.

Esse controle possibilitou que Chávez passasse a canalizar os recursos do petróleo para uma série de programas sociais, conhecidos como *misiones*. Beneficiando-se também com uma conjuntura mundial de aumento dos preços do petróleo, o governo impulsiona uma série de programas, tais como de saúde em bairros populares, de educação, construção de moradias para a população de baixa renda, estímulos a cooperativas e microempresas e venda de produtos básicos subsidiados em mercados estatais. Os programas sociais levaram a substanciais redução da pobreza, das desigualdades sociais e inclusão de amplas camadas populares historicamente excluídas^{XV}. No que tange ao projeto de ampliação da democracia, espalharam-se pela Venezuela uma série de instituições que objetivavam construir uma democracia participativa, através de uma presença mais direta do cidadão no exercício do poder político, principalmente na proposição, planificação e fiscalização das políticas públicas. Nos primeiros anos do governo chavista, os chamados “círculos bolivarianos” (associações que reuniam apoiadores do governo em bairros de moradia e locais de trabalho) tiveram um papel predominante de mobilizar a população em eleições e manifestações políticas a favor do chavismo. Estas instâncias de organização popular foram cruciais na grande mobilização popular que derrotou o golpe de Estado em 2002.

Neste período, também se instituíram os “Conselhos Locais de Participação Pública” (CLPP), que estavam citados no programa de governo e foram institucionalizados por lei em 12 de junho de 2002^{XVI}. Os CLPP procuravam reunir a população em conselhos, eleitos por assembleias populares, para discutir e decidir

sobre uma série de políticas públicas em nível municipal, que atendessem a demandas de água, energia, moradia popular, transporte, entre outras. Essas instituições podem ser consideradas como os primórdios dos Conselhos Comunais (CC).

A despeito da polarização política, que dividiu o país entre duas facções irreconciliáveis (os apoiadores e opositores do governo chavista), o presidente consolidava sua popularidade entre as camadas populares e obtinha uma clara maioria eleitoral naquele momento. Nas eleições presidenciais de 2006, Chávez obteve sua maior vitória, sendo reeleito com 62,8% dos votos numa eleição em que houve um dos menores índices de abstenção: 25,3%^{XVII}. Nesse momento, o projeto chavista passava por importantes modificações, inclusive no que se refere à democracia participativa e protagônica.

Radicalizando a democracia participativa: Conselhos Comunais, Comunas e o “Estado Comunal”

Ao iniciar o novo mandato de Chávez, consolidavam-se as instâncias da democracia participativa, especialmente os Conselhos Comunais (CC). Os CC foram concebidos como mecanismos de participação direta da população no exercício do poder, constituindo-se no pilar de um autogoverno popular. Nestas instâncias, as pessoas têm a possibilidade de discutir, deliberar e executar diretamente as políticas públicas. Assim, o povo organizado toma para si diversas tarefas que tradicionalmente estavam a cargo das instituições de governo, especialmente os executivos municipais. Para a execução das políticas públicas pelos grupos de trabalho eleitos pelos CC, o executivo nacional transfere recursos financeiros diretamente para eles.

Para as eleições de 2006, tinha-se elaborado um novo programa de governo, intitulado *Proyecto Nacional Simon Bolivar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013*. Este é o primeiro plano de governo que se refere a uma “transição ao socialismo”^{XVIII}. Um dos principais aspectos desta transição seria a construção do poder popular, que passaria justamente pela consolidação da denominada “democracia protagônica revolucionária”, uma das principais diretrizes do programa de governo. Sobre esta questão, o documento aponta que: “La soberanía popular, reunida en asamblea de ciudadanos, (Asamblea constituyente), única depositaria legítima del poder legislativo, **la Soberanía no puede ser representada** [grifos nossos], la voluntad no admite representación.”^{XIX}.

Neste aspecto, percebemos uma clara modificação da concepção de democracia em relação aos anos anteriores. Até então, o chavismo propunha mecanismos de democracia participativa para “ampliar e aperfeiçoar a democracia representativa”, ou seja, as democracias participativa e representativa seriam complementares. A partir da campanha eleitoral de 2006, o discurso chavista mudou, colocando as duas formas de democracia como antagônicas. A única forma de democracia admissível seria a democracia direta, possível somente nas instâncias da democracia participativa. Assim, o discurso da Revolução Bolivariana se radicalizou, admitindo somente a soberania direta do povo como autêntica, repelindo quaisquer formas de representação de poder.

No primeiro ano de seu novo mandato presidencial, Chávez propôs uma reforma constitucional com o intuito central de institucionalizar as instâncias de poder popular e modificar, assim, a institucionalidade política do país. Mas a proposta de modificação na carta magna que mais polêmica suscitou e acabou ficando no centro dos debates foi sobre o Artigo 230, que propunha ampliar o mandato presidencial de seis para sete anos

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

e possibilitar eleições contínuas e não mais limitadas a uma única reeleição. Os opositores do presidente acusaram que o real propósito da reforma constitucional seria possibilitar o então mandatário “perpetuar-se” no poder. Esse ponto limitou significativamente as discussões políticas, pois muito além da possibilidade de reeleições contínuas, o que a reforma constitucional propunha era alterar substancialmente o projeto de Estado e o modelo de democracia no país.

Em dezembro de 2007, o projeto de reforma constitucional foi submetido ao crivo do voto popular num referendo que, para surpresa de muitos, foi a primeira e única derrota eleitoral de Chávez. Por uma escassa diferença de 1,41 % dos votos (124.962 num universo de 8.883.746 votos), os eleitores que compareceram às urnas rejeitaram a proposta de reforma^{XX}. A despeito da derrota eleitoral, Chávez não abriu mão de suas propostas, decidindo institucionalizar as instâncias através de leis ordinárias. Uma das primeiras medidas foi a promulgação de uma nova lei sobre os CC em 2009, que ampliou e modificou alguns aspectos da lei anterior de 2006.

A lei de 2009 introduziu mudanças polêmicas, como exigências para os postulantes de representantes (*voceros*) para os comitês de trabalho não estejam sujeitos a interdição civil e inabilitação política e ainda sejam cidadãos de “reconhecida moral e honradez”^{XXI}. Percebemos que houve uma clara limitação da participação dos cidadãos nos CC e uma crescente interferência do Estado na autonomia dessas instâncias de democracia direta. Especialmente a exigência de “reconhecimento moral e honradez” é vaga e abre espaços para que sejam vetados quaisquer cidadãos que sejam considerados “não morais”^{XXII}.

Indiscutivelmente, os CC são instâncias que possibilitam o exercício direto do poder pelos cidadãos, numa autêntica soberania popular. Na forma como foram organizados na Venezuela, entretanto, os CC não são plenamente autônomos, já que há certos atrelamentos ao Estado, especialmente na questão da dependência de recursos financeiros. Os CC são instâncias de uma democracia direta em nível micro, mais especificamente das comunidades populares. Com o objetivo de estender o poder popular a espaços territoriais maiores, foram instituídas as comunas, que seriam a integração de diversos CC de comunidades vizinhas, tanto em cidades como nas comunidades rurais. As comunas expressam um duplo propósito, um político e outro econômico. O propósito político é a construção do poder popular na forma de uma democracia participativa e direta em espaços territoriais mais amplos. O propósito econômico é o de estimular a produção econômica autônoma e controlada diretamente pela população na forma de agricultura comunitária, cooperativas populares, controle popular da distribuição econômica, tendo em vistas a edificação de um modelo produtivo autossuficiente e sustentável^{XXIII}.

As comunas ainda foram concebidas como mais um passo de edificação de um “Estado comunal”, que é definido como:

Forma de organización políticosocial, fundada en el Estado democrático y social de derecho y de justicia establecido en la Constitución de la República, en la cual **el poder es ejercido directamente por el pueblo, a través de los autogobiernos comunales** [grifos nossos], con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno y sustentable, que permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y venezolanas en la sociedad socialista. La célula fundamental de conformación del estado comunal es la Comuna^{XXIV}

O Estado comunal é uma proposta de construção de uma democracia participativa e direta que venha a substituir a democracia representativa do país. Seria o pilar do “socialismo do século XXI”, superando-se o sistema capitalista. Os CC e as

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

comunas se expandiram pela Venezuela ao longo dos últimos anos. Segundo dados oficiais do Ministério do Poder Popular, em maio de 2019 estavam registrados 47.917 CC e 3.111 comunas no país^{XXV}.

A construção dos CC e das comunas, por outro lado, têm seus limites e erros. É notório que o governo e o partido oficialista buscam controlar e manipular as instâncias da democracia participativa. Também é certo que estas instâncias não são plenamente autônomas. Mas entendemos que os CC são uma extraordinária mudança no comportamento político de parcelas da população, que de atitudes passivas perante a política, passa a exercer um papel mobilizador e ativo, organizando-se não somente em prol da reivindicação de suas demandas, mas também exercendo diretamente suas execuções. A Revolução Bolivariana, pois, proporcionou transformações na cultura política do país, ao dar início à construção de uma nova forma de democracia.

Embora o projeto de Chávez tenha se radicalizado rumo a um Estado comunal, não houve a ruptura com o Estado representativo instituído pela constituição de 1999, já que se previa uma transição longa e paulatina. Continuava-se a eleger periodicamente os membros dos poderes legislativos e executivos em todos os níveis. No que se refere às transformações econômicas, as mudanças foram ainda mais limitadas, pois a Venezuela continuou sendo um país capitalista e com um modelo rentista, altamente dependente da exportação de petróleo. Embora tenham se organizado várias formas de produção comunal, essas experiências foram muito pontuais e não alteraram a macroeconomia do país.

Em 2012, Chávez participou de sua última eleição presidencial, em que obteve mais uma vitória, conquistando cerca de 55% dos votos contra 44% dados a seu opositor Henrique Capriles. Após seu falecimento no ano seguinte em decorrência de um câncer, foram convocadas novas eleições presidenciais em abril de 2013, em que o candidato indicado por Chávez, Nicolás Maduro venceu Henrique Capriles por uma diferença bem mais apertada: 50,61% contra 49,12% dos votos válidos. Ainda que com uma margem menor, o chavismo continuava vencendo as eleições mesmo sem mais a presença de Chávez.

O governo Maduro e a crise da democracia venezuelana

A partir de 2013, começou a se configurar uma verdadeira “tempestade perfeita” contra a Revolução Bolivariana. Tanto nos cenários interno quanto externo, uma série de mudanças, negativas para o processo chavista, levam a um quadro de crise, colocando em xeque o próprio processo de transformações até então em curso.

O primeiro acontecimento de grande impacto foi o falecimento de Chávez. Apesar de seu papel centralizador, sua liderança foi fundamental para o início e desenvolvimento da Revolução Bolivariana. Chávez era uma figura carismática, reconhecido por amplas camadas da população, destacando-se como gestor, incentivador das organizações populares e administrador de conflitos internos. Conforme mencionado, seu falecimento não significou o deslocamento do chavismo do poder, pois indicou Maduro como seu sucessor. Este, entretanto, nunca teve o carisma de Chávez e nem suas mesmas capacidades políticas e administrativas. Maduro iria ter muitas dificuldades em lidar com os problemas econômicos e o acirramento dos conflitos políticos e sociais, contribuindo para o aprofundamento da crise. A própria eleição de 2013, na qual Maduro venceu com uma diferença bastante apertada, já contrastava com a eleição do ano anterior, quando Chávez tinha vencido por uma grande diferença de votos.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA
EDUARDO SCHEIDT

Também a partir de 2013, iniciou uma forte queda nos preços do petróleo no comércio internacional, repercutindo imediatamente na economia nacional. Tendo quase toda sua exportação centrada no petróleo, a forte diminuição dos recursos provenientes da venda do hidrocarboneto colocou a economia numa grave crise e comprometeu a execução dos programas sociais. Além disso, a partir de 2014 os EUA iniciam sanções econômicas contra a Venezuela, impondo uma sucessão de medidas ao longo dos próximos anos, que vão criando inúmeras dificuldades para a Venezuela importar remédios, alimentos e gêneros industriais, essenciais para o bom andamento da economia. Somam-se às sanções externas, os boicotes internos, através de manipulações do câmbio e desabastecimentos propositais por parte de grandes monopólios e oligopólios privados, impactando fortemente na alta da inflação, desabastecimento e crescimento dos índices de pobreza^{XXVI}. O conjunto destes fatores levou o país a entrar num período de grave crise econômica, da qual o país não conseguiu se desvencilhar até os dias de hoje.

Outro elemento da “tempestade perfeita” é o recrudescimento das ações de grupos opositores em suas tentativas de colocar em crise e derrubar o governo. Em 2014, setores da oposição desencadearam uma onda de protestos, denominada de *La salida*, que objetivava levar as ruas grandes contingentes populacionais para forçar a queda do governo. O movimento tomou rumos violentos, levando a dezenas de vítimas, tanto por ação das forças governamentais como dos próprios manifestantes, nas ações conhecidas como *guarimbas*^{XXVII}. Em 2017, foi desencadeado uma nova onda de protestos, de maior magnitude, mas igualmente fracassada. Tentativas de golpes de Estado eram recorrentes nestas manifestações que exigiam a saída de Maduro e antecipação de eleições presidenciais. Em janeiro de 2019, as ações dos opositores entram em novo patamar, quando Juan Gaidó, líder opositor recém designado presidente do parlamento, não reconheceu o novo mandata de Maduro e se autoproclamou “presidente interino” do país. Em fevereiro, com apoio de vários governos externos, grupos de oposição tentaram sem sucesso fazer entrar suposta “ajuda humanitária” na Venezuela. Ao final de abril, Guaidó tentou liderar um golpe de Estado numa frustrada rebelião no quartel La Carlota. Até o presente momento, todas as ações da oposição não tiveram êxito em suas tentativas de deslocar o chavismo do poder, mas acentuaram a polarização e os conflitos políticos e sociais.

A dita “autoproclamação” de Guaidó contou com o imediato reconhecimento do governo de Donald Trump, seguido pelos países latino-americanos reunidos no “Grupo de Lima^{XXVIII}” e pela maioria dos integrantes da União Europeia. Esta explícita ingerência estrangeira liderada pelos EUA tem um longo histórico. Os norte-americanos já estiveram envolvidos no golpe de 2002. Depois do fracasso dessa iniciativa, passaram a atuar fortemente junto a ONGs, think tanks e partidos de oposição ao chavismo, com o claro objetivo de desgastar o governo^{XXIX}. Essas novas modalidades de ingerências norte-americanas são caracterizadas como “guerras híbridas”^{XXX}. Após o falecimento de Chávez, as ações da guerra híbrida se intensificaram, somando-se ao início das já mencionadas sanções econômicas. Estas foram se ampliando ao longo dos anos recentes ao ponto de a Comissão de Direitos Humanos da ONU condenar as sanções em declaração aprovada em março de 2018. Conforme esta declaração, as sanções econômicas aplicadas pelos EUA contra a Venezuela têm papel crucial na grave crise econômica que se abateu sobre o país. Desde o início de 2019, concomitante às frustradas tentativas de derrubar o governo de Maduro, Donald Trump promoveu um bloqueio quase total contra a Venezuela, semelhante ao bloqueio à Cuba que vigora desde os anos 60.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

Para complementar a “tempestade perfeita”, desde 2015 se iniciou uma onda de governos de direita na América Latina, que foram substituindo os governos de centro-esquerda na região, seja pela via eleitoral (Argentina e Chile, por exemplo) ou por golpes de Estado de novo tipo (Paraguai e Brasil). As mudanças de governos proporcionam um realinhamento da maior parte da América Latina com os EUA e foram impondo um crescente isolamento ao governo chavista da Venezuela. O país paga um altíssimo preço por manter a soberania nas relações internacionais e confrontar as pressões norte-americanas.

Muitos se perguntam como o governo de Maduro ainda se mantém de pé frente a tantas pressões. A questão do apoio dos militares é apontada como central. De fato, as FFAA do país continuam majoritariamente coesas na sustentação do governo chavista. Mas esta explicação é insuficiente, como percebemos, por exemplo, na chamada “Primavera Árabe”, em que nem mesmo os exércitos foram suficientes para evitar a queda de diversos governos frente a amplas manifestações populares. No caso da Venezuela, embora haja uma intensificação dos movimentos de oposição entre as elites e classes médias, o chavismo ainda conta com apoio significativo entre as camadas populares e os movimentos sociais. Em todas as recentes ondas de protestos e tentativas golpistas, sempre ocorreram expressivas mobilizações a favor do governo de Maduro. A grande maioria dos coletivos, dos CC e das comunas continuam sustentando o governo, em que pese a gravíssima crise econômica. Estes setores da sociedade são altamente politizados e, mesmo que até entre eles haja um crescente descontentamento com o governo, eles sabem que uma eventual ascensão de um governo de direita significaria o fim das conquistas da Revolução Bolivariana e da soberania do país, com o retorno do alinhamento com os EUA.

Entretanto, há que se reconhecer que a “tempestade perfeita” acarretou revezes em muitas conquistas da Revolução Bolivariana. Além da reversão dos índices sociais em decorrência da crise econômica, também houve uma série de questões políticas que afetaram o funcionamento da democracia venezuelana. O início da crise a partir de 2013, ocasionou uma forte queda da popularidade do chavismo, que se expressou da derrota eleitoral nas eleições parlamentares de 2015. Frente a perda da maioria no parlamento, o governo deu início a uma série de violações da constituição e manobras para manter o controle, tais como a nomeação antecipada de integrantes da suprema corte (para serem aprovados pelo parlamento nos últimos momentos em que o chavismo tinha maioria), a não realização do referendo revogatório, o adiamento das eleições regionais de 2016 para 2017, a não realização do referendo revogatório contra Maduro e a convocação de uma Assembleia constituinte após a onda de protestos de 2017, que na prática tem funcionado como um “parlamento paralelo”, uma vez que a Assembleia Nacional foi considerada em desacato pela corte suprema. O chavismo vem tomando muitas medidas autoritárias como cerceamento de grupos opositores, repressão de protestos e aumento da centralização e do controle sobre os movimentos populares. No que tange à democracia participativa, as eleições nos CC foram suspensas em 2016 com alegações por causa da crise e, quando retomadas a partir do ano seguinte, somente integrantes do PSUV foram autorizados a participar. Em que pesem esses problemas, deve-se ressaltar que o chavismo continua comprometido com as camadas mais populares. Frente a gravíssima crise econômica, se instituíram os CLAPs^{XXXI}, fornecendo uma cesta básica a todas famílias necessitadas num contexto de hiperinflação e salários baixos, além da manutenção de subsídios a maioria dos serviços, tais como luz, água e transporte coletivo.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA EDUARDO SCHEIDT

Por outro lado, a oposição igualmente viola sistematicamente a constituição. Com a maioria parlamentar, tomam medidas no intuito de desgastar o governo, incluindo a “suspensão” de Maduro como presidente, o que não é previsto na constituição venezuelana. Além disso, a maior parte da oposição tem protagonizado tentativas golpistas e boicotes eleitorais desde 2002, além do não reconhecimento de resultados de eleições em que são derrotados. Nas eleições regionais de outubro de 2017, surpreendentemente o chavismo voltou a obter uma expressiva vitória, elegendo a maioria dos governadores^{xxxii}. A maior parte dos partidos de oposição não reconheceu os resultados e boicotou as eleições municipais de dezembro de 2017 e presidenciais de maio de 2018. Nestas últimas, Maduro teve uma expressiva vitória, sendo reeleito com mais de seis milhões de votos, embora o boicote convocado pela oposição surtiu efeitos. O comparecimento foi de 46% dos eleitores registrados, enquanto nas duas anteriores eleições presidenciais, tinha sido de 80%. Estas eleições de 2018 expressaram a forte polarização política e social que caracteriza a Venezuela desde o início da Revolução Bolivariana.

Além do boicote da maior parte da oposição, o governo de Donald Trump, seguido pelos países do “Grupo de Lima” e pela maior parte da União Europeia, não reconheceram as eleições venezuelanas e este foi o argumento central para considerar o segundo mandato de Maduro como “ilegítimo”, bem como caracterizar o regime político do país como “ditadura”. Consideramos esta caracterização equivocada. Apesar das manipulações e atitudes autoritárias promovidas pelo governo Maduro, entendemos que não houve (pelo menos até o presente momento) nenhuma ruptura institucional. Continuam se realizando eleições livres (os boicotes foram opções de grupos opositores), existe imprensa de oposição e direito de livre manifestação. O segundo mandato de Maduro como presidente é, pois, legítimo e constitucional. Defendemos que ainda vigora no país um sistema democrático, embora uma democracia em crise. A elevada polarização, a grave crise econômica, as pressões internas e externas contra o governo são os principais elementos que inviabilizam o pleno funcionamento das instituições democráticas. As medidas autoritárias e manipulações das leis por Maduro são reações de um governo que se vê acuado frente a inúmeras pressões e ao isolamento continental. Não se trata de justificar essas atitudes, apenas de explicá-las diante do cenário bastante adverso.

Considerações finais

Ao longo do artigo, procuramos analisar as transformações da democracia impulsionadas pela Revolução Bolivariana. Nos primeiros anos do governo chavista, o processo procurou criar e impulsionar mecanismos de democracia participativa, complementando a democracia representativa. Num segundo momento, o projeto se radicalizou com o discurso do “socialismo do século XXI” e do Estado comunal, fundamentado exclusivamente na democracia direta e participativa, estimulando-se a construção dos CC e das comunas. Mas essas transformações seriam um processo de longa duração e foi bastante comprometido com a série de revezes da Revolução Bolivariana a partir de 2013. Desde o início do governo chavista, a Venezuela se tornou um país radicalmente polarizado e dividido, uma vez que as elites e maior parte das classes médias rejeitaram as transformações e atuam sistematicamente com uma série de ações, tanto legais quanto golpistas, com o intuito de derrubar o governo e derrotar a Revolução Bolivariana. Somam-se às ações de opositores internos, as ingerências e pressões dos EUA e seus aliados em sua guerra híbrida contra a Venezuela.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA

EDUARDO SCHEIDT

No atual contexto, os grupos opositores ao chavismo e os países contrários ao governo venezuelano começaram a difundir o discurso de que o regime teria se tornado uma “ditadura” e isto “justificaria” as preções e ingerências em prol do “restabelecimento da democracia no país”. Essa narrativa é difundida amplamente pela grande mídia corporativa mundial, mas neste artigo procuramos demonstrar que ela não se sustenta. Respondo, finalmente, a pergunta ao final do primeiro parágrafo desse artigo: sim, ainda existe democracia na Venezuela, mas uma democracia em crise.

Notas

^I Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Doutor em História pela USP. Contatos pelo e-mail: edusch.uerj@gmail.com.

^{II} BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2010, v.1, p. 319-329.

^{III} WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

^{IV} WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 173.

^V SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

^{VI} MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 62.

^{VII} Nos dias 27 e 28 de fevereiro daquele ano, houve um expressivo levante popular na cidade de Caracas contra a situação de profunda crise econômica e social, que ficou conhecido como *Caracazo*. O levante foi desencadeado pela revolta popular contra o então presidente recentemente empossado, Carlos Andrés Péres que havia prometido na campanha eleitoral promover o “Estado de bem-estar social” inspirado na socialdemocracia europeia, mas que decretou um pacote de medidas de caráter neoliberal ao chegar ao governo. A rebelião foi severamente reprimida, ocasionando a morte de centenas de manifestantes, cf. SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 15-16.

^{VIII} BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. *Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

^{IX} Partido político denominada *La causa radical*, que surgiu de uma dissidência do PCV em princípios dos anos 70, em decorrente de discordâncias da linha guerrilheira e centralizadora dos comunistas. A LCR protagonizava a disputa pelo poder pela via eleitoral e cresceu com as crises do final do século XX, elegendose para algumas prefeituras e governos estaduais do país.

^X CHÁVEZ, Hugo. *La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela Una revolución democrática*. 1998. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/192305304/Hugo-Chavez-La-propuesta-de-Hugo-Chavez-para-transformar-a-Venezuela> >, acessado em 15 jul. 2019.

^{XI} CHÁVEZ, Hugo. *Discurso de toma de posesión*. 1999, s/p. Disponível em: <www.analitica.com/bitblo/hchavez>, acessado em 15 jul. 2019.

^{XII} LÓPEZ MAYA, Margarita. Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas. In: CHERENSKY, Isidoro (org.). *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 224-225.

^{XIII} CHÁVEZ, Hugo. *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. 2001, p. 19. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Plan-de-la-Nacion-2001-2007.pdf>>, acessado em 15 jul. 2019.

^{XIV} Destas, três leis causaram mais polêmicas: a Lei das Terras, que possibilitava a reforma agrária em terras consideradas improdutivas, a Lei da Pesca, que favorecia os pescadores artesanais em detrimento da grande indústria e a Lei dos Hidrocarbonetos, que possibilitaria o controle do Estado no setor do petróleo.

^{XV} Ver tabelas com os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 19-20.

^{XVI} LÓPEZ MAYA, Margarita. Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas. In: CHERENSKY, Isidoro (org.). *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 225.

A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA NA VENEZUELA
EDUARDO SCHEIDT

^{xvii} SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 29.

^{xviii} Pelo menos desde 2005, em sua participação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Chávez passou a proferir o discurso do “socialismo do século XXI”. Esse novo sistema de socialismo é ainda bastante impreciso e ambíguo, mesmo em nível teórico. Impreciso porque justamente se propõe a ser “inventado” e ambíguo no sentido que admite a existência da propriedade privada na produção lado a lado com a propriedade pública e outras modalidades de “propriedade social”. Pode-se até questionar até que ponto pode ser considerado “socialismo”, já que não se prevê algum pleno rompimento com o sistema capitalista. Os principais aspectos do sistema seriam uma ampliação da democracia, através de diversos mecanismos de democracia direta e participativa, bem como uma distribuição social da riqueza pelo Estado, especialmente com programas sociais. Para mais detalhes sobre o que caracteriza o “socialismo do século XXI” na perspectiva de seus defensores, consultar DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

^{xix} CHÁVEZ, Hugo. *Proyecto Nacional Simon Bolívar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013*. 2006, p. 14. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/controldelagestionpublica/proyecto-nacional-simn-bolivar-2007-2013>>, acessado em 15 jul. 2019.

^{xx} MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009, p.27.

^{xxi} LEY ORGÁNICA DE LOS CONSEJOS COMUNALES, 2009, p. 14-15. Disponível em <http://www.mpcomunas.gob.ve/wpcontent/uploads/2016/01/ley_organica_de_los_consejos_comunales.pdf>. Acessado em 15 jul. 2019.

^{xxii} Para uma análise mais detalhada sobre os CC e as comunas, consultar SCHEIDT, Eduardo. A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. In: *Temos Históricos*, v. 21, n. 1, 2017, p. 261-291.

^{xxiii} Não é objetivo desse artigo analisar os aspectos econômicos. Mas é importante mencionar que o projeto seria desenvolver uma economia comunal e autossustentável que rompesse com a dependência do petróleo e também com o próprio capitalismo, almejando a construção do socialismo. Estudos demonstram o fracasso desse projeto, que trouxe resultados muito pouco significativos. Apesar dos discursos radicalizados do governo, a Venezuela continuou sendo um país capitalista e de economia rentista, altamente dependente das exportações de petróleo. Esta questão é um dos elementos importantes que explica a gravíssima crise econômica que se abateu sobre o país nos últimos seis anos. Sobre estes econômicos, consultar LANDER, Edgardo. Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista? In: *Aporrea*. Caracas: 2014. Disponível em <<http://www.aporrea.org/actualidad/a197498.html>> Acessado em 15 jul. 2019.

^{xxiv} LEY ORGÁNICA DE LAS COMUNAS, 2010, p. 8. Disponível em <http://www.mpcomunas.gob.ve/wpcontent/themes/comunas/documentos/ley_organica_de_las_comunas.pdf>. Acessado em 15 jul. 2019.

^{xxv} Dados consultados em <<http://consulta.mpcomunas.gob.ve/>>. Acessado em 11 ago. 2019.

^{xxvi} CURCIO, Pasqualina. 2017. *La mano visible del mercado. La guerra económica contra Venezuela (2012-2016). Manipulación del tipo de cambio e inflación inducida*. Disponível em: <<http://lalenguatv.com.ve/wpcontent/uploads/2017/03/ManoVisibleMercado.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

^{xxvii} As *guarimbas* consistiam em bloqueios de ruas e tomadas ilegais de espaços públicos por setores da oposição. Os manifestantes praticavam diversas ações violentas contra forças policiais, prédios públicos e pessoas consideradas simpatizantes do chavismo, que eram espancadas e houve até mesmo casos de assassinatos, queimando-se pessoas vivas.

^{xxviii} O dito “Grupo de Lima”, formado em 2017, reúne as representações dos governos da Argentina, do Chile, do Brasil, do México, do Peru, da Colômbia, da Costa Rica, do Canadá, da Guatemala, de Honduras, do Panamá e do Paraguai. O propósito do grupo foi de discutir a crise da Venezuela em meio à onda de protestos de 2017. Os países do grupo, porém, claramente se posicionam contra o governo de Maduro e estabelecem pressões e atitudes de ingerência contra a Venezuela. Em dezembro de 2018, quando o governo de centro-esquerda de López Obrador tomou posse no México, o país passou a discordar dos demais países do grupo e defender a soberania da Venezuela. Com a vitória de Alberto Fernández na Argentina em outubro de 2019, é provável que o país também deixe de integrar o grupo.

^{xxix} Essas informações foram comprovadas por inúmeros documentos vazados e disponíveis no Wikileaks.

^{xxx} Andrew Korybko designa como “guerras híbridas” um conjunto de medidas de ingerências e intervencionistas, que os EUA veem aplicando, nas duas últimas décadas, a governos considerados

“hostis”, visando desestabilizá-los e substituí-los por governos alinhados. As técnicas incluem o uso de mídias sociais e novas tecnologias para disseminar discursos contra os governos e estimular manifestações e insurgências populares para derrubar governos de formas relativamente “pacíficas”. Seriam as táticas que muitos chamam de “golpe suave”. Segundo o autor, o imperialismo norte-americano continua se utilizando de formas “tradicionais” de uso de violência para derrubar governos, quando as técnicas do “golpe suave” não funcionam, ou combinações de ambos os métodos, daí o termo guerra “híbrida”. Ver KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

^{XXXI} Os Comitês Locais de Abastecimento e Preço (CLAPs) foram fundados em abril de 2016 para fornecer cestas básicas de alimentos à população necessitada, com o intuito de minimizar os efeitos da grave crise econômica. Os CLAPs são considerados uma outra forma de instância do poder popular, já que são articulados com os CC e as comunas e são representantes da própria população organizada que recebem as cestas básicas e distribuem de casa em casa das famílias cadastradas.

^{XXXII} Totalizando-se os votos de todo o país, a coalizão governista obteve 55,07% dos votos contra 44,31% da MUD (opositora). O comparecimento às urnas foi de pouco mais de 61%, dentro da média das anteriores eleições regionais.

Referências:

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. *Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2010, 2v.

CHÁVEZ, Hugo. *Discurso de toma de posesión*. 1999. Disponível em: <www.analitica.com/bitblo/hchavez>, acessado em 15 jul. 2019.

_____. *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. 2001. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Plan-de-la-Nacion-2001-2007.pdf>>, acessado em 15 jul. 2019.

_____. *La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela Una revolución democrática*. 1998. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/192305304/Hugo-Chavez-La-propuesta-de-Hugo-Chavez-para-transformar-a-Venezuela>>, acessado em 15 jul. 2019.

_____. *Proyecto Nacional Simon Bolivar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013*. 2006. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/controldelagestionpublica/proyecto-nacional-simn-bolivar-2007-2013>>, acessado em 15 jul. 2019.

CURCIO, Pasqualina. 2017. *La mano visible del mercado. La guerra económica contra Venezuela (2012-2016). Manipulación del tipo de cambio e inflación inducida*. Disponível em: <<http://lalenguatv.com.ve/wpcontent/uploads/2017/03/ManoVisibleMercado.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LANDER, Edgardo. Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista? In: *Aporrea*. Caracas: 2014. Disponível em <<http://www.aporrea.org/actualidad/a197498.html>> Acesso em 15 jul. 2019.

LEY ORGÁNICA DE LAS COMUNAS, 2010. Disponível em <<http://www.mpcomunas.gob.ve/wp->

content/themes/comunas/documentos/ley_organica_de_las_comunas.pdf>. Acessado em 15 jul. 2019.

LEY ORGÁNICA DE LOS CONSEJOS COMUNALES, 2009. Disponível em <http://www.mpcomunas.gob.ve/wp-content/uploads/2016/01/ley_organica_de_los_consejos_comunales.pdf>. Acessado em 15 jul. 2019.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas. In: CHERENSKY, Isidoro (org.). *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 221-262.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHEIDT, Eduardo. Da democracia participativa e protagônica ao Estado comunal: as transformações do Estado na Venezuela durante o governo Chávez (1999-2012). In: SCHEIDT, Eduardo e MAIA, Tatyana (orgs.). *Projetos de Estado na América Latina contemporânea: de 1960 até os dias atuais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 65-100.

_____. A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. In: *Temos Históricos*, v. 21, n. 1, 2017, p. 261-291.

SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

WILLIAMSON, Edwin. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.